



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1698733 - RS (2017/0074353-9)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**

EMBARGANTE : ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ECAD

ADVOGADOS : MARIALVA PICCININI - RS024300

KARINA HELENA CALLAI - DF011620

ROSÂNGELA MARIA OLIVEIRA LOIOLA - DF026550

MAURÍCIO BRUM ESTEVES E OUTRO(S) - RS084287

FRANCISCO DA SILVA NETO - RS0054694

GELSA PINTO SERRANO - RS025174

EMBARGADO : SANCHOTENE FELICE HOTEIS E TURISMO LTDA - ME

ADVOGADOS : CACIANO SGORLA FERREIRA E OUTRO(S) - RS067141

MARISTELA CARGNELUTI TEIXEIRA SGORLA - RS041343

### EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ERRO MATERIAL E OMISSÃO. EXISTÊNCIA.

1. Ação de cumprimento de preceito legal cumulada com indenização por perdas e danos, em virtude da disponibilização nos aposentos do estabelecimento hoteleiro recorrido de obras musicais, lítero-musicais e fonogramas por meio de equipamentos mecânicos para execução/transmissão sonora e audiovisual de composições musicais.
2. Devem ser acolhidos os embargos de declaração quando existe erro material e omissão na decisão embargada.
3. Embargos de declaração acolhidos.

### DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração, opostos por ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ECAD, contra decisão unipessoal que conheceu e deu provimento ao recurso especial que interpusera, nos termos da seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL E CIVI. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE PRECEITO LEGAL CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. ECAD. DIREITOS AUTORAIS. QUARTOS DE HOTEL. TV POR ASSINATURA. COBRANÇA. LEGALIDADE. INEXISTÊNCIA DE BIS IN IDEM. FATOS GERADORES DIVERSOS.

1. Ação de cumprimento de preceito legal cumulada com indenização por perdas e danos, em virtude da disponibilização nos aposentos do estabelecimento hoteleiro recorrido de obras musicais, lítero-musicais e fonogramas por meio de equipamentos mecânicos para execução/transmissão sonora e audiovisual de composições musicais.
2. Na cobrança de direitos autorais por suposta utilização não autorizada de obra

artística, não se pode confundir a obrigação da empresa exploradora do serviço de hotelaria com a obrigação da empresa prestadora dos serviços de transmissão de sinal de TV por assinatura, pois resultam de fatos geradores distintos, a saber: i ) a captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva (quartos de hotel); ii) a radiodifusão sonora ou televisiva em si. Dessa forma, não há falar, em casos tais, na ocorrência de bis in idem. Súmula 568/STJ.

3. Recurso especial conhecido e provido (e-STJ fl. 706).

Nas razões dos presentes aclaratórios, o embargante afirma que a decisão embargada foi contraditória e omissa, pois:

i) como o seu recurso foi provido, os honorários advocatícios deveriam ter sido arbitrados sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC/2015; e

ii) não foi apreciado o pedido feito no recurso especial referente à expedição de mandado judicial de caráter inibitório, a fim de que seja suspensa ou interrompida, em caráter definitivo, qualquer comunicação ao público de obras musicais, lítero-musicais, audiovisuais e fonogramas pelo estabelecimento hoteleiro embargado, enquanto não providenciar a prévia e expressa autorização do ECAD, nos termos do que dispõe o art. 105 da Lei 9.610/98.

Relatado o processo, decide-se.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/15, somente é cabível o recurso de embargos de declaração nas hipóteses em que haja, no julgado impugnado, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Na hipótese, constata-se que a decisão embargada contém erro material quanto ao parâmetro utilizado na inversão dos honorários recursais.

Por essa razão, retifica-se o trecho do dispositivo, para que passe a ter a seguinte redação:

Em face da inversão da sucumbência, condeno a recorrida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação.

No mais, ao julgar procedente o recurso especial do embargante, deixou a decisão embargada de manifestar-se acerca do pedido feito em sua petição inicial, relativo à aplicabilidade do art. 105 da Lei 9.610/98.

Com efeito, este STJ já decidiu que a tutela inibitória destinada a impedir a

violação de direitos autorais constitui medida expressamente prevista no art. 105 da Lei 9.610/98, não se confundindo com a pretensão de cobrança dos valores devidos e não pagos a esse título. A primeira sanciona a violação da norma, impedindo a continuação ou a repetição do ilícito; a segunda sanciona o dano ou o não cumprimento do dever de pagamento (REsp 1.655.767/RS, 3ª Turma, DJe 20/03/2018).

Via de consequência, promove-se retificação a esta parte do dispositivo, para que passe a ser assim redigido:

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, V, "a", do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO do recurso especial e DOU-LHE PROVIMENTO para julgar procedente o pedido e condenar a recorrida ao pagamento de direitos autorais relativos à disponibilização de televisores e rádios dentro dos quartos disponibilizados aos hóspedes, devendo a quantia ser apurada em liquidação de sentença, bem como para determinar a suspensão da execução de obras musicais no estabelecimento comercial da recorrido enquanto não obtiver a devida autorização, sob pena de multa diária fixada em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Forte em tais razões, ACOLHO os embargos de declaração para sanar os vícios alegados.

Após o trânsito em julgado desta decisão, tornem os autos conclusos para a análise do agravo interno interposto por SANCHOTENE FELICE HOTEIS E TURISMO LTDA – ME.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora